

REQUERIMENTO N° 232/2015

AUTOR: DIOMAR MARIOTTI FILHO

Resposta remetida pelo Prefeito Municipal através do Ofício nº261/2015, de 22/10/2015.

Prezado Vereador, os honorários sucumbenciais cobrados nas ações de execução fiscal possuem amparo legal no art. 7º da Lei nº 1933/2015, Lei esta analisada e aprovada por esta Casa Legislativa.